

## **PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA REGIÃO DE FRONTEIRA**

Raiane Paim Pinto

*Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - [raiane\\_paim2011@hotmail.com](mailto:raiane_paim2011@hotmail.com)*

Renan Gonçalves Barbosa

*Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - [renangoncalvesjb@gmail.com](mailto:renangoncalvesjb@gmail.com)*

Rita de Fátima da Silva

*Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - [rita\\_fatima@hotmail.com](mailto:rita_fatima@hotmail.com)*

Maria Luzia da Silva Santana

*Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - [santanapsi@gmail.com](mailto:santanapsi@gmail.com)*

Miguel Angel Torralba Jordan

*Universidade de Barcelona - [torralba@ub.edu](mailto:torralba@ub.edu)*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo descrever elementos relacionados ao instrumento de pesquisa utilizado na construção de informações sobre a Educação Especial Inclusiva (EEI) na cidade de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. O objetivo macro da pesquisa, ainda em andamento, é problematizar os cursos de pedagogia nas fronteiras Brasil/Paraguai, com vistas nas questões que envolvem o projeto político pedagógico e suas implicações no currículo e no exercício docente perante a multiculturalidade e a pessoa com necessidades especiais. A partir disso, para organização desse artigo, realizou-se um recorte histórico da educação especial nos últimos anos e suas implicações na sociedade. Também foram situadas questões relacionadas a educação na região de fronteira seca entre Brasil/Paraguai, *lócus* da pesquisa. E por último foi realizada a descrição sucinta do Grupo de Estudo, Pesquisa em Acessibilidade e do Laboratório de Acessibilidade (GEPA–LabAc), focalizando a “Ficha diagnóstica do multiculturalismo escolar e necessidades especiais dos alunos” que é um dos instrumentos da pesquisa em andamento.

**Palavras-chave:** Educação Especial Inclusiva. Diferença. Fronteira. Pesquisa.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo apresenta questões sobre a educação especial inclusiva, situando a inclusão no ambiente escolar e reforça a ideia de que o ensino de qualidade é um direito de todos. Para isso, fez uma viagem pelos marcos iniciais da educação especial no Brasil. E também sobre a formação de professores para o atendimento educacional especializado, no ambiente escolar, numa via de mão de dupla – professores da universidade + professores da educação especial em atuação na escola, apoiando profissionais que atendem a estudantes em condição de inclusão.

Além disso, situa os pressupostos e ações do Grupo de Estudo, Pesquisa em Acessibilidade e do Laboratório de Acessibilidade (GEPA–LabAc), a partir do paradigma da inclusão. Esse grupo tem enfrentado alguns desafios que gravitam na inserção de estudantes, sobretudo, tendo como

autores principais os estudantes que possuem alguma limitação orgânica (como os casos de deficiências) e os que apresentam demandas inclusiva de identidade cultural.

Cabe situar que a inserção social do GEPA-LabAc acontece na região de fronteira seca - entre as cidades de Ponta Porã/Brasil e Pedro Juan Caballero/Paraguai - onde vem desenvolvendo pesquisas e oferecendo formação continuada tanto para os profissionais da rede municipal quanto estadual de educação. Quanto as especificidades dessa localidade Silva (2015a, p.4) aponta que;

[...] as fronteiras secas, cuja travessia se faz ao atravessar uma rua, peculiaridades muito próprias evidenciam-se. Nessas localidades os jeitos de ser de um povo e de outro estão tão intrinsecamente permeados que o limite entre um e outro não são nítidos. Já para a educação de crianças tem-se idealizado uma Escola cada vez mais próxima da vida desses para que esses sintam a necessidade de integrá-la em sua vida.

Com a ideia de contribuir com uma escola qualitativa nessa região fronteira, que atenda de fato as particularidades desse povo, que o GEPA-LabAc tem atuado na localidade em escolas pontaporanenses. A partir de recorte da atuação desse grupo, o presente artigo tem o objetivo de descrever elementos relacionados ao instrumento de pesquisa utilizado na construção de informações sobre a Educação Especial Inclusiva (EEI) na cidade de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Entende-se que a discussão em torno da pesquisa em educação especial é relevante por ter a possibilidade de contribuir com a efetivação da inclusão escolar e compreender o papel da escola e do educador nesse contexto.

## **2 METODOLOGIA**

Essa pesquisa é de nível exploratório cuja “aplicação é recomendada sempre que o tema é pouco explorado” (SILVA, 2015a, p.6). Assim, na estruturação desse artigo realizou-se leituras de artigos e capítulos de livros que tratavam da educação especial inclusiva e da pesquisa em educação especial.

Além de ter envolvido uma análise bibliográfica, também, realizou-se a descrição do instrumento de pesquisa utilizado pelo GEPA- LabAc que se constitui como documento desse grupo, por isso considera-se uma pesquisa de análise documental. Quanto a pesquisa documental e bibliográfica Gil (1987, p.73);

A pesquisa documental se assemelha muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores



sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de matérias que não receberam ainda um tratamento analítico.

Pretende-se fomentar a discussão em torno do instrumento “*Ficha diagnóstica do multiculturalismo escolar e necessidades especiais dos alunos*” desenvolvido na perspectiva da inclusão escolar, por ter a possibilidade de ser utilizado em outras localidades. Os resultados e análises iniciais dessa pesquisa em andamento foram trabalhados nos itens seguintes.

### **3 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**

Considerando que muitos pesquisadores e autores já voltaram seus olhares para as questões da educação especial inclusiva é interessante lembrar o caminho percorrido pela Educação Especial até estar dentro do contexto da Educação Inclusiva.

Considera-se nascente da Educação Especial no Brasil, o período de institucionalização especializada da pessoa com deficiência (aqui ainda não se utilizava o termo necessidades educativas especiais) o final do século XVIII e o início do século XIX. Nessa fase as pessoas com deficiências, doenças mentais, e demais acometimentos que as diferenciava acentuadamente das demais, eram conduzidas a: manicômios, instituições especializadas (ou a se especializar) no atendimento a pessoas com deficiência mental (hoje deficiência intelectual) – exemplo das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, Pestalozes -, instituições especializadas (ou a se especializar) no atendimento de crianças com Síndrome de Down, surdas, cegas, com deficiências físicas não sensoriais, entre outras. (SILVA; ARAÚJO, 2012)

Nessas instituições as pessoas com necessidades educativas especiais recebiam atendimento pedagógico, contudo, o cunho era acentuadamente terapêutico, porque elas eram vistas e tratadas como doentes. Mudanças começam a ser pensadas quando no século XX acontece a obrigatoriedade e expansão do ensino básico. Esse fato possibilitou que um grande número de crianças e adolescentes se dirigissem a escola. Isso, naquele momento, trouxe a escola um contingente de crianças e adolescentes que tinham ritmos e formas de aprender bem diferenciadas dos demais. Eram crianças e adolescentes com uma condição de deficiência não aparente ou com outras necessidades educativas bastante distintas.

A escola, pensada para sobre o paradigma da hegemonia, não compreendia e nem aceitava tal realidade. Assim, estudiosos começam a refletir sobre o atendimento educacional especializado fora do espaço escolar para essa população. Se estabelece, assim, uma Pedagogia diferenciada, a Educação Especial Institucionalizada. Essa organizou-se a partir dos níveis de capacidade intelectual e diagnosticada em termos de quociente intelectual. Consequência desse fenômeno,



expansão de escolas especiais de acordo com as especificidades – diferentes etiologias. E, segundo Silva e Araújo (2012), em proporção talvez mais rápida ainda, crescem também os rótulos às crianças que necessitam dessa modalidade de atendimento. Essas instituições estavam em espaços diferenciados da escola, com programas próprios, técnicas e especialista, organizando-se diferentemente do sistema educativo geral.

Segregação e afastamento do convívio social mais amplo foi o resultado imediato. Dessa forma esses centros passaram a receber muitas críticas, principalmente de familiares de pessoas que eram atendidas ali. Assim, muitos estudos, muitos encontros científicos, muitas discussões e ao longo de um tempo as práticas segregadoras (fora da escola) foram substituídas.

Surge um novo paradigma, o da integração. Nesse, as crianças e adolescentes com diferenças acentuadas com relação as demais passam a ser atendidas dentro do espaço escolar. Contudo, em espaço próprio, diferenciado dos demais estudantes. Também havia modalidades intermediárias de intervenção – um período na escola nas salas para esse fim e outro na instituição especial -. Assim sendo, essas pessoas deixam de estar segregadas fora da escola e passam a sê-lo dentro do espaço escolar.

Os conflitos no entorno desse paradigma conduzem a se pensar em outras maneiras de atender e tratar essa parcela da população estudantil. Assim, a partir dos anos 90 o conceito de integração paulatinamente se dá espaço ao paradigma (ainda em construção) da inclusão.

A inclusão pretende garantir que todos os estudantes façam parte do mesmo contexto educacional, dentro da escola, participando efetivamente das mesmas atividades, adequadas segundo as necessidades específicas daqueles com uma condição de deficiência ou outras formas de necessidades educativas especiais.

A Educação Especial se estabelece a partir da política de inclusão normatizada. E, segundo o art. 58 da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996,

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.



Dessa maneira, a escola deve garantir o acesso de todos os estudantes independente de suas limitações com uma educação de qualidade. Segundo Bueno (1993, p.23)

A educação especial passou a exercer dois papéis, atendendo por um lado a democratização do ensino, à medida que amplia as oportunidades educacionais de quem não se beneficia dos processos educacionais regulares. Por outro lado, luta pela segregação e aceitação da diferença tentando criar uma ponte entre educação comum e educação especial.

Silva (2015a, p. 5) que o fenômeno convencionalmente chamado de “inclusão” é compreendido como;

[...] como uma condição prévia de aceitação do outro, de suas características (materiais e subjetivas) que impõe uma necessidade de mudança atitudinal, política, econômica, arquitetônica, educacional, entre outros e que, por sua vez, exprimem a forma de ser e de pensar de uma sociedade com relação àqueles considerados “diferentes”.

Entre os marcos<sup>1</sup> do ensino inclusivo está a declaração de Salamanca (1996) que potencializa a pedagogia centrada na criança, a educação de qualidade, com o sucesso de todas as crianças, a modificação das atitudes discriminatórias e a criação de sociedades acolhedoras e inclusivas.

O princípio que orienta essa estrutura (de ação em educação especial) é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e trabalhadoras, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos inferiorizados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto dessa estrutura, o termo 'necessidades educacionais especiais' refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam de deficiências ou de dificuldades de aprendizagem (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1996, p. 3).

“A educação inclusiva é considerada como uma estratégia política de acolhimento da diversidade de estudantes nas escolas. Consequentemente aspira à redução de processos exclusivos que perduram nos ambientes de convívio humano” (FERREIRA; LOPES, 2016, p. 442). Logo quando se toca no assunto de educação especial inclusiva se lembra dos profissionais, dos autores desses espaços que se constituem como mediadores e possibilitadores da inclusão escolar.

O professor serve como um intermédio na construção de sociedades acolhedoras e inclusivas, que no contexto escolar é um facilitador da aprendizagem e do desenvolvimento do

<sup>1</sup> Veja concisamente e por ordem cronológica (mais antiga a mais atual) a legislação no entorno do paradigma da inclusão educacional em Silva e Araújo (2012).



estudante. A forma como o docente conduz sua sala e envolve a turma poderá mostrar que a diferença é uma característica de cada pessoa, independentemente do traço biológico sendo que o objetivo da educação especial inclusiva é possibilitar o desenvolvimento positivo de todos. Assim, conforme Pontes (2008, p. 46);

A preocupação do professor deve a ser a de vislumbrar as dificuldades dos alunos (quaisquer que sejam eles) e não as suas deficiências, pois os alunos não precisam de diagnóstico. É preciso que se aborde, nos cursos de capacitação ou de aperfeiçoamento, uma mudança de postura frente às diferenças, mostrando que todos são partes integrantes do sistema educacional.

A preocupação do professor não deve ser em incluir só a criança especial, mais incluir todas as crianças, independente da sua condição física, econômica, cultural, étnica, dentre outras. Por outro lado, observam-se que o profissional se sente despreparado ao se deparar com uma criança deficiente, por isso a importância de se problematizar a formação do docente que possibilite experiência com essa questão. Que ouse a construir práticas pedagógicas inovadoras, realçando a aprendizagem do estudante e interação de todos e que busque possibilidades para responder e atender os problemas oriundos de sua prática profissional.

Historicamente, observam-se que na educação de pessoas com deficiência traz consigo uma bagagem de exclusão, preconceito e desrespeito do diferente. Por isso, é relevante contribuir com a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto escolar, para que possam frequentar uma escola regular de qualidade e tenham acesso a todas as atividades ali oferecidas assim como os demais.

Nesse aspecto a formação de professores para a educação especializada AEE tem se tornado um apoio segundo a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008 o AEE tem que identificar, elaborar e organizar recursos que facilitem a acessibilidade, eliminando as barreiras dos alunos considerando assim suas singularidades orgânicas, físicas e outras.

#### **4 INSERÇÃO SOCIAL DO GEPÁ- LABAC NA FRONTEIRA**

A fronteira se constitui de um limite entre um país, estado e município. Nos espaços fronteiriços que envolvem diferentes países observam-se culturas e costumes entrelaçados, populações distintas, mas ao mesmo tempo imbricados uma a outra, o que acontece de um lado possivelmente penetra no outro. Nesse sentido, Pereira (2009) ressalta que as crianças do contexto de fronteira pode ser inserida no ambiente escolar de maneira positiva, desde que se trabalhe com vistas no respeito ao diferente e entenda que essa característica é um traço identitário do outro.



A fronteira agrega especificidades que demandam no mínimo ações conjuntas dos países envolvidos, pois as condições de existência na fronteira tocam a todos que residem nestas áreas, portanto a fronteira é uma zona constante de fluxos e complementaridades e a educação cumpre um papel fundamental na integração (PEREIRA, 2009, p.54).

O lócus das atividades desenvolvidas pelo GEPA- LabAc é Ponta Porã, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, que faz fronteira seca com a cidade paraguaia Pedro Juan Caballero, as duas são separadas pela Avenida Internacional, que para quem habita nessa região, se constitui como algo simbólico. Assim, tem-se muitos estudantes paraguaios, denodados de brasiguaios que estudando em escolas brasileiras. Em relação a essa realidade de Ponta Porã Terenciane e Nunes (2010) fizeram análise do cenário das salas de aula pontaporanenses e elucidaram a contradição existente, apontando que;

[...] as escolas públicas locais se encontram diante de uma contradição, pois teoricamente não há alunos paraguaios matriculados nas mesmas, na medida em que para efetivação do ato de matrícula é necessário que os alunos apresentem documentação que comprove sua nacionalidade brasileira. Entretanto, ao adentrar a realidade das salas de aula, verifica-se que as mesmas estão repletas de alunos paraguaios, muitos dos quais nem sabem falar o português, mas por estarem matriculados, por estarem naquelas salas, passam a receber todo o ensinamento dado aos alunos brasileiros, independente de suas dificuldades para com a língua falada em sala, o que acarreta em dificuldades, pois os alunos paraguaios apresentam muita dificuldade de aprender e entender, na medida em que suas línguas matrizes são o espanhol e o guarani, línguas faladas inclusive nas relações cotidianas de família (TERENCIANE; NUNES, 2010, p. 4).

Nesse contexto se vê a presença de preconceito que se constitui ao logo do tempo por questões históricas, políticas e econômicas, com seus reflexos na educação local. Assim, observa-se o desrespeito ao considerado “diferente” e até mesmo o despreparo por partes dos profissionais da educação para lidar com essa peculiaridade dessa fronteira. Na perspectiva das escolas inclusivas, esse espaço deve incluir, estimulando o respeito à diversidade, formando cidadãos que se preocupem com o coletivo.

Existem projetos realizados para criar a inserção entre as culturas, um exemplo é o PEIF - Programa Escolas Interculturais de Fronteira realizado na escola estadual João Brembatti Calvoso. Além disso, cabe ressaltar que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, campus de Ponta Porã, tem contribuído para pensar a inclusão escolar na fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero mediante o Grupo de Estudo, Pesquisa em Acessibilidade - GEPA<sup>2</sup>. Esse grupo é coordenado

<sup>2</sup> Demais informações sobre o GEPA poderá ser obtidas no endereço para acessar a página espelho: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1807271742758548](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1807271742758548).

pela professora Dr.<sup>a</sup> Rita de Fátima da Silva, que teve seu registro oficial, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no ano de 2014. O grupo;

[...] congrega pesquisadores interessados em aprofundar sobre questões que envolvem a acessibilidade e inclusão de pessoas que apresentem uma condição de desvantagem acentuada em relação às demais especialmente no ambiente educacional, além de outros espaços destinados à guarda e proteção destas. Prioriza as questões que envolvem a deficiência, as dificuldades de aprendizagem e outros aspectos que possam impedir ou dificultar o desenvolvimento e interação de todos dentro de um desenho universal de mundo. O GEPA tem como linha de pesquisa: Escola, Deficiência e Dificuldade de Aprendizagem na Perspectiva da Acessibilidade e Inclusão (SILVA, 2016a, s/n.).

O LabAc (Laboratório de Acessibilidade) está, indissociavelmente, vinculado ao GEPA. Nas ações do GEPA-LabAc são considerados cinco aspectos para o desenvolvimento de suas atividades no contexto fronteiro Ponta Porã/Pedro Juan Caballero;

1. A vivência entre povos, pois se encontra em região fronteira. 2. As novas tecnologias, uma vez que o professor deve aliar-se a essas, compreendendo que na atualidade, desde muito cedo, as crianças utilizam recursos cada vez mais sofisticados, com independência e precisão. 3. As pessoas com necessidades especiais como produtoras de conhecimentos. Acredita que para as pessoas com necessidades educativas especiais atingirem níveis mais elevados de aprendizagem é necessário que as incapacidades sejam removidas, isto é, que as condições físicas, ambientais e atitudinais inadequadas e inacessíveis sejam objetiva e concretamente eliminadas. 4. A transdisciplinaridade, uma vez que se reconhece que o desenvolvimento e utilização de novos conhecimentos exige mais que a comunicação entre áreas, mas sim uma ponte entre os conhecimentos produzidos nas diferentes áreas, a prática desenvolvida na escola e a criação de novas tecnologias ligadas ao campo educacional. 5. A pesquisa, compreendida como possibilidade de (re) pensar a prática e a teoria que envolve o fazer pedagógico e possibilita a produção de novos conhecimentos, produtos, tecnologias. Fundamenta-se na construção conjunta do conhecimento e nas trocas de experiências entre pessoas e conhecimentos complementares. Esses elementos contribuirão para impactar na imagem do município como orientado à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que alinha políticas de igualdade com políticas de identidade via produção do conhecimento científico (SILVA, 2015b).

Os componentes do GEPA- LabAc incluem professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, acadêmicos dessa instituição, pesquisadores externos e profissionais da educação de Ponta Porã. Esse grupo realiza ações de pesquisa e extensão nessa área de fronteira, com o objetivo de entender como vem sendo a inclusão de alunos de outras nacionalidades ou com algum tipo de deficiência nas escolas brasileiras, localizadas em Ponta Porã e contribuir com a inclusão dos mesmos.

## **5 INSTRUMENTO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA REGIÃO DE FRONTEIRA**

O GEPA- LabAc oferta formação continuada para os profissionais de educação que atuam nessa localidade, sobretudo, atendendo a demanda dos profissionais que atuam diretamente nas salas de apoio de Educação Especial. Conforme aponta Silva (2015a) o GEPA- LabAc discute a inclusão nesse contexto de fronteira considerando às pessoas com necessidades especiais, as com distintos capitais culturais incluindo os falantes de idiomas diferentes, dentre outros, tais aspectos são evidenciados nos instrumentos de pesquisa desenvolvido na pesquisa.

Entende-se que a pesquisa envolve uma investigação que visa buscar e/ou alargar conhecimentos, adquirir resposta e solucionar problemas. Na vida acadêmica e inserção social da instituição universitária a pesquisa está vinculada ao ensino e a extensão, por isso;

[...] não deve ser vista como uma atividade individual, simples produto da vocação ou interesse pessoal do pesquisador, ou como um dado abstrato, isolado da totalidade, mas como uma atividade socialmente condicionada. Ela tem como objetivo encontrar respostas para questões que ainda não foram resolvidas pela ciência, visto que sua finalidade principal seja solucionar problemas, ou identificar vias para solucioná-los, relacionados a uma determinada área do conhecimento (SILVA; GAMBOA, 2011).

A pesquisa científica contribui para resolver uma demanda social, nesse sentido o GEPA - LabAc vem desenvolvendo a pesquisa: *“Cursos de pedagogia nas fronteiras Brasil/Paraguai-questões que envolvem o projeto político pedagógico e suas implicações no currículo e no exercício docente perante a multiculturalidade e a pessoa com necessidades especiais”*, proposta e coordenada pela professora Dr<sup>a</sup>. Rita de Fátima da Silva, que focaliza a formação nos cursos de pedagogia para atender os estudantes; de outras nacionalidades sejam elas paraguaias, japoneses entre outros e os com deficiências e limitações; presentes nas escolas de Ponta Porã.

Para isso, utiliza-se de vários procedimentos e instrumentos, dentre esses a *“Ficha diagnóstica do multiculturalismo escolar e necessidades especiais dos alunos”* que possibilita traçar o perfil dos estudantes das escolas do Município de Ponta Porã e com o mapeamento das demandas existentes. Esse instrumento possibilita obter informações sobre os estudantes a partir de quatro categorias:

a) língua, incluindo os possíveis idiomas que o estudante fala, sobretudo, guarani, espanhol, português e outros. Nesse contexto de fronteira é possível ter estudante bilíngue e trilingue.



b) identidade que incluem informações sobre a origem familiar. Incluindo pais paraguaios, brasileiros, indígenas, afro-brasileiros e outros.

c) deficiência que incluem informações para verificar a existência de necessidades especiais físicas, orgânicas e psicopatológica.

d) atendimento recebido que possibilita problematizar as ações pedagógicas realizadas pelo contexto escolar para a inclusão do estudante.

Na aplicação com o piloto, um dos problemas identificado na pesquisa foi a relutância dos pais em responder aos itens do instrumento. Isso pode estar relacionado a insegurança dos pais dos estudantes brasiguaios que moram em Pedro Juan Caballero e matriculam seus filhos nas escolas brasileiras em Ponta Porã. Nesse aspecto Pereira (2009, p.59) esclarece que;

Não há como controlar a matrícula oriunda do país vizinho, pois no ato da matrícula os pais fornecem uma documentação brasileira. Dessa forma, os fatores mencionados mostram que o número de estudantes matriculados é maior que o número de habitantes, numa determinada faixa etária, como é o caso de Ponta Porã.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das discussões e ações em curso, no GEPA- LabAc, considera-se que a diferença sempre vai existir sendo papel da escola e do educador contribuir para o respeito a diversidade e o exercício da cidadania nos espaços educativos e sociais. E o professor é uma autor social, fundamental no processo de implantação das políticas de inclusão. Além disso, os pais também devem ser instigados a colaborar no processo de inclusão.

Por fim, a pesquisa e ações desenvolvidas por esse Grupo com ênfase na educação especial inclusiva na região de fronteira, sobretudo, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero contribuem com a inclusão escolar nessa localidade. Através do estudo *“Cursos de pedagogia nas fronteiras Brasil/Paraguai-questões que envolvem o projeto político pedagógico e suas implicações no currículo e no exercício docente perante a multiculturalidade e a pessoa com necessidades especiais”*, será possível: I) conhecer e sistematizar as demandas da rede de educação; II) incentivar o respeito a diferença no contexto das escolas; III) pensar e propor estratégias de ensino com vistas às especificidades local, incluindo o multiculturalismo; IV) contribuir com o desenvolvimento dos estudantes inseridos nas escolas de Ponta Porã.

#### **REFERÊNCIAS**



BUENO, José Geraldo Silveira Bueno. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Brasília: CNE/MEC/SECADI, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category\\_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 10 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº 9394/1996.

\_\_\_\_\_. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: CNE/MEC/SECADI, 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 fev. 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Procedimentos-padrão das Nações Unidas para a Igualização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências**. Resolução das Nações Unidas adotada em assembleia geral, Espanha, 1996.

FERREIRA, Carla Mercês Rocha Jatobá; LOPES, Tatiane Felipe. A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 55, p. 441-456, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 2 de set. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, n. 1, p. 51-63, jan. / jun. 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/327/325>>. Acesso em: 2 de março de 2016.

PONTES, Patrícia Albino Galvão. Criança e adolescente com deficiência: impossibilidade de opção pela sua educação exclusivamente no atendimento educacional especializado. **Inclusão: Revista da educação especial**. Brasília-DF, v. 4, n. 1, jan/jun 2008, p. 41-48.

SILVA, Régis Henrique dos Reis; GAMBOA, Sílvio Sánchez. Análise epistemológica da pesquisa em educação especial: a construção de um instrumental de análise. **Atos de Pesquisa em Educação – Atos de Pesquisa em Educação- PPGE/ME FURB**, v. 6, n. 2, p. 373-402, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2581/1708>>. Acesso em: 2 de out. de 2016.

SILVA, Rita de Fátima da; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Os Caminhos da Pesquisa em Atividade Motora Adaptada**. São Paulo: Phorte, 2012.

SILVA, Rita de Fátima da. **Cursos de pedagogia nas fronteiras Brasil/Paraguai-questões que envolvem o projeto político pedagógico e suas implicações no currículo e no exercício docente perante a multiculturalidade e a pessoa com necessidades especiais**. Proposta- SIPES, Edital N° 10-2015-Fomento Interno, SIPES, N°: 187269.1004.191610.30122015, PROPP - Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, UFMS, 2015a.



\_\_\_\_\_. **Laboratório de Acessibilidade - LABAC -Professores das Salas de Recursos, professores de apoio e intérpretes e suas necessidades frente a atuação no contexto escolar.** Protocolo do SIGProj: 192237.934.191610.28112014, UFMS, 2015b. Disponível em: <[http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto\\_id=192237](http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=192237)>. Acesso em: 2 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Grupo de Estudo e Pesquisa em Acessibilidade – GEPA.** Diretório de Grupos de Pesquisa - Plataforma Lattes – CNPq, 2016a. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1807271742758548>>. Acesso em: 2 de out. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Ficha diagnóstica do multiculturalismo escolar e necessidades especiais dos alunos.** In: SILVA, Rita de Fátima da. Cursos de pedagogia nas fronteiras Brasil/Paraguai-questões que envolvem o projeto político pedagógico e suas implicações no currículo e no exercício docente perante a multiculturalidade e a pessoa com necessidades especiais. Proposta- SIPES, Edital N° 10-2015-Fomento Interno, SISPEs, N°: 187269.1004.191610.30122015, PROPP - Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, UFMS, 2016b.

TERENCIANI, Cirlane; NUNES, Flaviana Gasparotti. **Fronteira, diversidade cultural e o cotidiano escolar na cidade de Ponta Porã – MS.** In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: AGB, 2010. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1524](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=1524)> Acesso em: 06 fev. 2016.

